

Acompanhamento Atuarial Contínuo no Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) de Colombo.

Sumário Executivo: o acompanhamento atuarial contínuo consolidou-se como um pilar indispensável para a gestão responsável e sustentável dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Mais do que o simples cumprimento de uma exigência legal — especificamente da Portaria MPS nº 1.467/2022 —, essa prática consiste em um processo sistemático e permanente de monitoramento que visa garantir a solvência e a sustentabilidade do regime a longo prazo. Através da identificação precoce de desvios e da gestão dinâmica de ativos e passivos, os gestores podem proteger o futuro previdenciário dos servidores públicos, evitando o agravamento de déficits e possíveis responsabilizações legais.

Conceito e Finalidade: o acompanhamento atuarial não deve ser visto como um evento isolado, mas como uma atividade intrínseca à administração previdenciária. Sua finalidade principal é:

- **Garantia de solvência:** assegurar que o regime tenha recursos suficientes para honrar seus compromissos futuros.
- **Sustentabilidade:** manter o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS ao longo do tempo.
- **Gestão dinâmica:** permitir que a administração do regime reaja prontamente a mudanças no cenário econômico ou demográfico.

Base Legal: Portaria MPS nº 1.467/2022. A obrigatoriedade e os parâmetros para o acompanhamento contínuo estão fundamentados nos artigos 67 a 70 da Portaria MPS nº 1.467/2022. Os principais pontos estabelecidos pela norma incluem: Artigo 67, que estabelece a obrigatoriedade de a unidade gestora

acompanhar continuamente a situação atuarial, focando nas hipóteses adotadas e nos resultados das avaliações realizadas. Artigo 68, define que o acompanhamento deve incluir análises periódicas de premissas e resultados, garantindo a tomada tempestiva de ações corretivas em caso de alterações significativas. Artigo 69, determina a comunicação imediata de resultados negativos ou mudanças relevantes identificadas durante o monitoramento aos órgãos deliberativos e fiscalizadores competentes. Artigo 70, estabelece que os resultados do acompanhamento contínuo devem servir de base para a revisão periódica do plano de custeio e das estratégias de gestão atuarial.

Processo Prático de Acompanhamento Atuarial: a implementação eficaz do acompanhamento atuarial estruturado divide-se em quatro eixos fundamentais, cada um com periodicidades e objetivos específicos:

1. Monitoramento de Hipóteses (Semestral):

- Avaliar a aderência das hipóteses atuariais (como taxa de juros, crescimento salarial e mortalidade) à realidade efetiva do RPPS.
- Comparar valores projetados com os observados para identificar desvios significativos que possam comprometer os cálculos futuros.

2. Análise Financeira (Mensal):

- Acompanhar o desempenho dos investimentos e confrontá-los com as metas atuariais estabelecidas.
- Verificar se o fluxo de caixa projetado está se concretizando conforme o esperado, garantindo liquidez para o pagamento de benefícios.

3. Avaliação Demográfica (Trimestral):

- Atualizar estatísticas vitais, como a entrada de novos servidores, concessões de benefícios e ocorrência de óbitos.
- Comparar os dados atuais com as projeções da última avaliação para ajustar o perfil da massa de segurados.

4. Comunicação e Transparência (Trimestral):

- Apresentar relatórios detalhados aos conselhos deliberativo e fiscal.
- Divulgar os resultados do monitoramento em portais de transparência, tornando as informações acessíveis aos segurados.

Benefícios Estratégicos vs. Riscos da Negligência: a prática regular do monitoramento atuarial oferece vantagens competitivas e de gestão, enquanto sua ausência gera vulnerabilidades críticas.

Benefícios Estratégicos:

- Identificação precoce de desvios: permite correções de rota antes que os problemas se tornem sistêmicos.
- Transparência: aumenta a confiança dos segurados e órgãos de controle na administração do regime.
- Conformidade normativa: garante que o gestor esteja atuando rigorosamente dentro da lei.

Riscos da Negligência:

- Agravamento de déficits: a falta de ajuste nas alíquotas ou premissas pode levar a um rombo financeiro insustentável.
- Responsabilização legal: gestores podem responder por omissão ou má gestão diante de órgãos de fiscalização.
- Perda de oportunidades: inabilidade de ajustar a estratégia de investimentos em tempo real frente a mudanças de mercado.

Melhores Práticas e Recomendações: para potencializar a eficácia do acompanhamento atuarial, o documento aponta caminhos para a excelência na gestão:

- Documentação formal: é essencial documentar todas as análises e decisões tomadas durante o processo. Isso cria um histórico que demonstra diligência e conformidade normativa em caso de auditorias.
- Comitê especializado: a implementação de processos formais e comitê de apoio qualifica a tomada de decisão.
- Capacitação e tecnologia: o investimento em capacitação contínua dos servidores e em ferramentas tecnológicas é fundamental para a precisão dos dados coletados e analisados. ***"O acompanhamento atuarial contínuo não é apenas uma exigência legal, mas uma prática fundamental para a gestão responsável e sustentável dos regimes próprios de previdência."***

Colombo, 02 de Julho de 2026.

Wilton Luiz Carrão
Diretor Superintendente
Colombo Previdência